



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

José Carlos Pimentel Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, torna público, para os devidos e legais efeitos, que nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, esta Câmara Municipal em sua reunião ordinária de 05 de Março de 2015, tomou as seguintes deliberações:

- João de Avelar Armas - Candidatura ao Programa Municipal para Comparticipação de Medicamentos, para análise;

Deliberação n.º 3065/2015 de 05/03/2015

* A Câmara depois de analisar a candidatura e com base na Informação n.º 39/2015 da Secção Administrativa que fica arquivada em anexo ao processo deliberou não aprovar o pedido uma vez que o beneficiário não cumpre todos os requisitos do Regulamento, nomeadamente a alínea a) do art.º 3.º, em que o programa se destina a idosos com idade igual ou superior a 65 anos, sendo que neste caso apresenta somente 64 anos de idade. Deliberação tomada por unanimidade.

- José Ramos Nunes - Candidatura ao Programa Municipal para Comparticipação de Medicamentos, para análise;

Deliberação n.º 3066/2015 de 05/03/2015

* A Câmara depois de analisar a candidatura e com base na Informação n.º 39/2015 da Secção Administrativa que fica arquivada em anexo ao processo deliberou não aprovar o pedido uma vez que o beneficiário não cumpre todos os requisitos do Regulamento, nomeadamente a alínea a) do art.º 3.º, em que a média dos rendimentos per capita do agregado familiar deve ser inferior ou igual a 397,69 Euros e neste caso é de 437,70 Euros.

Deliberação tomada por unanimidade.

- Maria Celina do Espírito Santo Nunes - Candidatura ao Programa Municipal para Comparticipação de Medicamentos, para análise;



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 3067/2015 de 05/03/2015

* A Câmara depois de analisar a candidatura e com base na Informação n.º 39/2015 da Secção Administrativa que fica arquivada em anexo ao processo deliberou não aprovar o pedido uma vez que o beneficiário não cumpre todos os requisitos do Regulamento, nomeadamente a alínea a) do art.º 3.º, em que a média dos rendimentos per capita do agregado familiar deve ser inferior ou igual a 397,69 Euros e neste caso é de 437,70 Euros.

Deliberação tomada por unanimidade.

- Elisa da Glória Salvador Freitas - Candidatura ao Programa Municipal para Participação de Medicamentos, para análise;

Deliberação n.º 3068/2015 de 05/03/2015

* A Câmara depois de analisar a candidatura e com base na Informação n.º 39/2015 da Secção Administrativa que fica arquivada em anexo ao processo deliberou não aprovar o pedido uma vez que o beneficiário não cumpre todos os requisitos do Regulamento, nomeadamente a alínea c) do art.º 3.º, em que a média dos rendimentos per capita do agregado familiar deve ser inferior ou igual a 397,69 Euros e neste caso é de 448,68 Euros.

Deliberação tomada por unanimidade.

- Proposta de Aquisição de Bem Imóvel, para análise;

Deliberação n.º 3069/2015 de 05/03/2015

* O Sr. Presidente começou por dizer que este processo já vem desde 2007 e o que se pretende é reconfirmar o que a Câmara já decidiu, que é adquirir aquela faixa de terreno a Canada da Rua da Esperança. Disse ainda que esta questão não foi resolvida na altura porque os terrenos estavam hipotecados mas que agora o assunto já está resolvido.

Quanto aos preços, o Sr. Presidente disse que foi o acordado na altura e que não se podia comparar os preços com a aquisição dos terrenos junto à piscina natural uma vez que estes eram terrenos rústicos e os preços são diferentes dos terrenos comprados no centro da Vila, que são prédios urbanos.

O Sr. Presidente disse ainda que na sua opinião o preço estava realmente elevado mas que a Câmara já adquiriu antes terrenos, nas mesmas condições e pelo mesmo preço.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Vereador William Braga interveio para dizer que era a favor da compra daquela faixa de terreno e que não achava o preço inflacionado, tendo pena que o terreno por cima da piscina para a construção do parque de campismo não tenha sido adquirido pelo mesmo valor.

A Sra. Vereadora Dora Valadão perguntou se a Câmara Municipal é que ia fazer a construção do muro, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente.

A Sra. Vereadora disse ainda que a Câmara deveria ter muito cuidado com a forma como contratualiza a aquisição desses terrenos porque qualquer particular que queira vender um terreno vai sempre querer vender mais caro porque terá como base a compra de terrenos da Câmara Municipal. Disse ainda que entende que os moradores daquela zona queiram valorizar o que é seu mas que na sua opinião a Câmara não deveria fazer diferença entre essa faixa de terreno e o terreno adquirido na zona da piscina natural, dizendo que um é rústico pelo que vale menos, porque o parque de campismo é uma mais valia para o concelho, muito importante para a Câmara e não havia terreno melhor para a construção do parque de campismo do que aquele que foi adquirido e que já era intenção de vários autarcas anteriores adquirir aquele terreno, pelo que na sua opinião não deveria existir essa diferença brutal de valores, porque, apesar daquela faixa ser importante para alargamento da estrada para aqueles moradores, o parque de campismo é muito importante para todo o concelho e eventualmente para quem nos venha visitar.

Para terminar, a Sra. Vereadora Dora Valadão propôs que a ata em que foi aprovada a aquisição daquela faixa de terreno fosse anexada a esta Proposta para salvaguarda futura do executivo camarário.

Para finalizar, o Sr. Presidente disse que em relação aos preços as opiniões divergem mas cada um tem o direito a ter a sua opinião e esta deliberação é apenas uma reconfirmação da deliberação tomada em 2007

* Após análise e discussão da Proposta que aqui se dá por integralmente transcrita e fica arquivada em anexo à presente ata, foi aprovada, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a aquisição de uma parcela de terreno com 84m², do lote n.º 4, pertencente a Sandro Miguel Elias Soares, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz das Flores sob o n.º 2022, e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1685, sito no loteamento n.º 01/02, de Telmo Dinis da Costa Medina e Arcílio José Seramona da Costa, na Rua da Esperança, Freguesia e Concelho de Santa Cruz das Flores, pelo preço de 50,00 Euros por metro quadrado, o que totaliza 4.200,00 Euros.

Deliberação tomada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

CÂMARA MUNICIPAL

- Hotel Servi-Flor – Pedido de Licença Especial de Ruído destinada à realização de Baile de Carnaval, para ratificação; Considerando que o Sr. Vereador Fábio Medina é parente direto do dono do Hotel Servi-Flor, ausentou-se da sala de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 44.º do Decreto-Lei 442/91 de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro.

Deliberação n.º 3070/2015 de 05/03/2015

* A Câmara depois de analisar e com base na Informação n.º28/MM/2015 do Serviço de Obras que fica anexa ao processo deliberou aprovar e ratificar o pedido, de acordo com o artigo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2007 de 1 de Agosto.

Deliberação tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador regressou à sala.

- João José Nogueira dos Santos - Pedido de Licença Especial de Ruído destinada à realização de música com DJ, para ratificação;

Deliberação n.º 3071/2015 de 05/03/2015

* A Câmara depois de analisar e com base na Informação n.º29/MM/2015 do Serviço de Obras que fica anexa ao processo deliberou aprovar e ratificar o pedido, de acordo com o artigo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2007 de 1 de Agosto.

Deliberação tomada por unanimidade.

- João José Nogueira dos Santos - Pedido de Licença Especial de Ruído destinada à realização de música com DJ, para ratificação;

Deliberação n.º 3072/2015 de 05/03/2015

* A Câmara depois de analisar e com base na Informação n.º 30/MM/2015 do Serviço de Obras que fica anexa ao processo deliberou aprovar e ratificar o pedido, de acordo com o artigo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2007 de 1 de Agosto.

Deliberação tomada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

CÂMARA MUNICIPAL

- João José Nogueira dos Santos - Pedido de Licença Especial de Ruído destinada à realização de música ao vivo com DJ, para ratificação;

Deliberação n.º 3063/2015 de 19/02/2015

* A Câmara depois de analisar e com base na Informação n.º 31/MM/2015 do Serviço de Obras que fica anexa ao processo deliberou aprovar e ratificar o pedido, de acordo com o artigo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2007 de 1 de Agosto.

Deliberação tomada por unanimidade.

Para conhecimento geral se publica este Edital e outros aos quais será dada a devida publicidade.

Paços de Concelho de Santa Cruz das Flores, 10 de Março de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

José Carlos Pimentel Mendes